

RELATÓRIO FINAL

A EJA na Região Sudeste: denúncias de um projeto de desmonte e a construção coletiva de uma contra agenda de resistência.

10 e 11 de Dezembro de 2021

REGIMENTO INTERNO E PROGRAMAÇÃO

CAPÍTULO I DA REALIZAÇÃO, DO CARÁTER E DA ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO

- Art. 1º Os Fóruns de EJA da Região Sudeste, por meio do Fórum Estadual de EJA do Espírito Santo realizarão o V Encontro Regional de Educação de Jovens e Adultos (EREJA).
- Art. 2° O V EREJA Sudeste possui caráter de anúncio, denúncia, mobilização e deliberação, apresentando um conjunto de propostas relativas à garantia da modalidade como direito à educação de qualidade social, pública, gratuita, laica, democrática e inclusiva.
 - § 1º O V EREJA Sudeste pretende construir estratégias e metodologias para o enfrentamento à lógica do necroceno e do aprofundamento das desigualdades, bem como frear o avanço dos processos de mercantilização da educação e consequente subalternidade da classe trabalhadora, comprometem-se com a luta, assumindo como referência, o rigor e a alegria na perspectiva freireana, reafirmando o processo de construção deste EREJA em um cenário, cuja complexidade, exige de nós aprofundamento de estudos, reinvenção de estratégias e fortalecimento de alianças.
 - § 2º Defendemos a educação como direito público subjetivo e defendemos os princípios da participação democrática e da construção coletiva das políticas públicas. A educação, nessa perspectiva, dirige-se ao ser humano integral, considerando todas as dimensões de sua relação com o mundo.
- Art. 3º O V EREJA Sudeste ocorrerá nos dias 10 e 11 de dezembro de 2021, em formato virtual.
- Art. 4º Os participantes do V EREJA Sudeste serão os delegados dos quatro estados da Região Sudeste.
 - § 1º Cada Fórum poderá indicar até 30 delegados.
 - § 2º Os delegados deverão representar os segmentos de Educando, Educador, Gestor, Docente da Educação Superior, Discente da Educação Superior, ONG, Sistema S, Movimento Social e Movimento Sindical, sem obrigatoriedade de que todos os segmentos sejam representados na delegação.
 - § 3º Caso algum Fórum não preencha suas trinta vagas, haverá distribuição de vagas remanescentes aos solicitantes conforme data e critérios estabelecidos pela Comissão de Organização do encontro.
 - § 4º A formação dos delegados é de responsabilidade da coordenação estadual de maneira a assegurar sua compreensão do V EREJA Sudeste como um encontro de trabalho com objetivos concretos resultantes dos trabalhos em Grupos e Plenária Deliberativa.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 5º A realização deste Encontro, com a participação de delegados e delegadas, representantes dos diversos segmentos que compõem cada um dos 04 (quatro) Fóruns Estaduais da região Sudeste, tem como objetivo avaliar as políticas de EJA na perspectiva de democratização desse direito na atual conjuntura nacional condicionada por crises econômicas, políticas, sociais e educacionais, onde se identificam retrocessos e limites do controle social.

§ 1º O Encontro deverá também fazer um balanço de ações político pedagógicas que ainda representam desafios para a EJA e buscar construir propostas de mobilização e de criação de novas possibilidades de efetivação do direito à EJA.

§ 2º Os Fóruns da região sudeste têm no V EREJA Sudeste um momento de interlocução e fortalecimento com vistas à construção de estratégias para se alcançar uma política pública de Educação de Jovens e Adultos, observado a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — 9394/96 (LDB), a Lei 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE/2014), e o Documento Conjunto de Ações Elaborado pelos Fóruns de EJA do Brasil , pelo FNE , pela ANPEd e pela CNAEJA, Pauta Nacional da EJA.

CAPÍTULO III DAS INSCRIÇÕES

Art. 6º As inscrições dos delegados serão realizadas pelas coordenações dos Fóruns representados na Comissão de Organização.

Parágrafo Único. Cada Fórum distribuirá seus delegados pelos quatro GTs (Eixos), priorizando a escolha dos delegados na ficha de inscrição e ainda, num segundo momento, considerando a existência de vagas.

CAPÍTULO IV DO TEMÁRIO E DA PROGRAMAÇÃO

Art. 7º O tema central V EREJA Sudeste será A EJA na Região Sudeste: denúncias de um projeto de desmonte e a construção coletiva de uma contra agenda de resistência.

Art. 8º Organização do V EREJA Sudeste se dará com a seguinte programação:

DIA 10/12/2021

18h às 18h10 - Mística de Acolhimento - Fórum de EJA/ES

18h10 às 18h15 - Abertura - Fórum de EJA/ES

18h15 às 18h30 – Histórico - Leitura do Regimento – Adriana Pereira da Silva - Fórum de EJA/SP

18h30 às 19h20 - Composição da Mesa de Conjuntura

A EJA na Região Sudeste: denúncias de um projeto de desmonte e a construção coletiva de uma contra agenda de resistência.

Coordenação da Mesa - Edna Castro de Oliveira - Fórum de EJA/ES

Convidadas:

Prof^a Dr^a Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo – Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia - UNEB / Departamento de Educação

Profa. M.a. Maria Luiza Pinho Pereira - Professora da Universidade de Brasília e representante dos Fóruns de EJA no Fórum Nacional Popular de Educação

DIA 11/12/2021

8h às 8h10 - Mística - Fórum de EJA/ES

8h10 às 9h15 - Análise de Conjuntura dos Estados

Coordenação da Mesa - Alessandra Nicodemos - Fórum de EJA/RJ

Fórum EJA/ES - Elizangela Ribeiro Fraga

Fórum EJA/MG - Regina Magna Bonifácio de Araújo

Fórum EJA/RJ - Fabiana Rodrigues

Fórum EJA/SP - Izaura Naomi Yoshioka Martins

9h15 às 9h30 - Apresentação das delegações e Orientação para os Grupos de Trabalho (GT)

9H30 às 12h - Grupos de Trabalho

EIXO 1 - Os desafios da EJA frente às diretrizes operacionais - alinhamento a BNCC, alfabetização, educação profissional (MG)

GT 1 - Coordenação Monica Conceição G. Silva e Relatoria Mariana Cassab

GT 1 - Coordenação Marcos Antonio Franco Petraglia Filho e Relatoria Érica Franco de Oliveira

EIXO 2 - A mercantilização na EJA e as dinâmicas dos processos de exclusão (diversas formas de oferta)

GT 1 - Coordenação Tatiana Silva Machado de Oliveira e Relatoria Talita Valadares

GT 2 Coordenação Tatiana Santana Relatoria Elizangela Ribeiro Fraga

EIXO 3 - Caminhos para defesa do direito a EJA e a diversidade de seus sujeitos: Educação do Campo, Educação Especial, Educação para privados de liberdade, Educação indígena, Educação quilombolas, Educação dos trabalhadores dos centros urbanos, Educação para população ribeirinha (RJ)

GT 1 Coordenação Márcia Alvarenga e Relatoria Flávia Rodrigues

GT 2 Coordenação José Carlos Lima e Relatoria Rose Sousa

EIXO 4 - EJA na perspectiva da Educação Popular: caminhos na construção do currículo integrado/educação profissional (SP)

GT 1 Coordenação Jarina Rodrigues Fernandes e Relatoria Meire Lima

GT 2 Coordenação Franciele Busico Lima e Relatoria Marcela Fontão Nogueira

13h às 17h - Plenária Final - Coordenação Carlos Fabian de Carvalho - Fórum de EJA/ES

Art. 9º Cada Fórum Estadual deverá encaminhar o nome de dois delegados que tenham experiência com relatoria para compor a Comissão de Relatoria que se reunirá no horário do almoço para sistematização das propostas dos GT´s.

§ 1º Ao final dos trabalhos de Grupos, o Fórum Estadual responsável pela coordenação e relatoria do GT deverá entregar a redação de TRÊS propostas para a coordenação da Comissão de Relatoria, por mensagem de WhatsApp, em formato Word, seguindo o formulário disponibilizado.

- § 2º Somente serão consideradas propostas completas que tragam explicito quem faz, o que faz, como faz, onde faz, quando faz, com que recursos faz.
- § 3º Deverão ser propostas para garantir a Pauta Nacional da EJA e, portanto, de factível execução pelos Fóruns de EJA.
- Art. 10 Quanto à Plenária Final, os trabalhos constarão da apreciação pelos delegados das propostas originárias dos GT´s e sistematizadas pela Comissão de Relatoria.
 - § 1º A plenária final será deliberativa.
 - § 2º Durante a Plenária Final serão feitas:
 - I apresentação da equipe de coordenação dos trabalhos definida pela Comissão de Organização, a saber, um coordenador e três auxiliares, sendo um encarregado de tempo e inscrições; um encarregado de digitação de resultados das votações e um encarregado de receber solicitações feitas à Mesa;
 - II leitura do conjunto das propostas de cada GT e concomitante pedido de destaque a cada proposta lida;
 - a. As propostas que não forem destacadas estarão automaticamente aprovadas.
 - III apresentação, verificação da existência de posicionamento contrário, defesa e votação dos destaques que se dará sempre na ordem de manter o texto original ou proceder a alteração e
 - a. O tempo de fala dos delegados que se manifestarem sobre as discussões será de até 3 minutos de duração, salvo manifestação em contrário pelo plenário.
 - IV apresentação e apreciação de Moções.

Art. 11 O Relatório Final do V EREJA – Sudeste será encaminhado para subsidiar as discussões do XVII ENEJA, em 2022.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo coletivo das coordenações estaduais dos Fóruns de EJA do Sudeste.

EMENTAS DOS EIXOS

EIXO 1 - Os desafios da EJA frente às diretrizes operacionais - alinhamento a BNCC, alfabetização, educação profissional

Contrarreformas no plano das políticas sociais, educacionais e curriculares acirram os processos de retirada dos direitos fundamentais conquistados por meio de muita luta e ainda não plenamente garantidos aos sujeitos de direito da EJA e aos diversos atores implicados com a modalidade. Esse é o caso da Emenda Constitucional-95, da Reforma trabalhista, da Reforma da previdência, da Base Nacional Comum Curricular, da Reforma do Ensino Médio, das Diretrizes Operacionais da EJA 01/2021, do atual Plano Nacional de Alfabetização, entre outros. Em seu conjunto, tais políticas acentuam a posição de fragilidade e invisibilidade que, historicamente, a modalidade ocupa, pois orientados por perspectivas mercadológicas e gerenciais legitimam interesses privatistas de grupos que disputam os fundos públicos e as subietividades dos trabalhadores e das trabalhadoras. Em suma, pela via da concretização de orientações e intervenções de organismos internacionais balizados por perspectivas neoliberais e neoconservadoras, esvaziam e descaracterizam os sentidos estabelecidos para a EJA em importantes marcos legais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (2000). Em meio a essa guinada à direita, o sentido público, laico e universal de oferta educacional presencial para a EJA encontra-se seriamente ameaçado, ao mesmo tempo que mecanismos de controle, responsabilização e meritocracia sobre os profissionais da educação e os discentes se acentuam. Em tempos de silenciamentos e perda de direitos claramente expostos na sociedade e, consequentemente, na educação, há que se denunciar os desmontes que o atual governo tem promovido através de ações que não se comprometem com a emancipação dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos. Ao mesmo tempo que, a partir da análise crítica de seus conteúdos e de como tais políticas se concretizam por meio da ação dos diferentes entes federativos e do trabalho realizado pela escola, por movimentos sociais, entre outros, conceber estratégias de resistência e ações contra-hegemônicas que afirmam os princípios da educação popular e da formação integral. Propor discussões acerca dos desafios que a modalidade enfrenta quando do alinhamento à Base Nacional Comum Curricular, à alfabetização e à Educação Profissional é imperativo, uma vez que nos importa a construção coletiva, democrática, que se estabelece pelo diálogo das diversas e distintas pessoas que constituem a EJA (educandos/as, educadores/as, governos, movimentos sociais, sindicais, IES, Ministério Público, entre outros), a fim de que seja considerada as diversidades dos seus sujeitos, sua oferta variada e de qualidade social, que rejeita o individualismo, a competição, as noções de mérito, de empreendedorismo, de resiliência e todas aquelas afins à ordem societária capitalista, pela afirmação e materialização dos princípios da Educação Popular no bojo das políticas educacionais e curriculares em EJA. Concomitante a essas considerações, este GT propõe ainda que se afirme a alfabetização como alicerce central sobre o qual se deve construir aprendizagens abrangentes, inclusivas e integradas ao longo de toda a vida para todos/as os/as jovens, adultos e idosos. Além disso, constituem-se princípios importantes neste contexto, fomentar processos que colaborem para o letramento, em várias áreas, alavancando a apreensão da leitura e escrita como elementos favorecedores do amplo desenvolvimento da cidadania. Promover a formação humana plena em tempos de desumanização, trazendo para o centro das discussões os conhecimentos que interessam aos jovens, adultos, idosos e aqueles que contribuam para a superação da consciência ingênua e mágica da realidade, para a consciência crítica implicada com a transformação do mundo, dos homens e das mulheres. Isto posto e contribuindo para as reflexões do grupo, propomos discutir:

1. Quais são os princípios validados nas Diretrizes Operacionais para a EJA, na BNCC e no PNA? Em quais dimensões colidem com a oferta da EJA numa perspectiva emancipatória?

- 2. Induzido pelos governos, como tem se concretizado o trabalho de alinhamento à BNCC, às Diretrizes Operacionais e ao PNA, no domínio das gestões públicas estaduais, municipais, federais e na escola?
- 3. Quais resistências e experiências educacionais e curriculares contra-hegemônicas alinhadas às perspectivas emancipatórias acontecem no tempo presente?
- 4. Quais perspectivas de educação profissional frequentam o Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional EJA Integrada/EPT -, proposto pelo governo federal?

EIXO 2 - A mercantilização na EJA e as dinâmicas dos processos de exclusão (diversas formas de oferta)

O V Encontro Regional de EJA (EREJA), organizado pelos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da região Sudeste, constitui-se um espaço de práxis sobre o contexto sociopolítico e as práticas educativas que envolvem a modalidade no Brasil, e, sobretudo, nos estados que compõem essa região. O atual cenário educacional experiência o aprofundamento de Políticas Educacionais Globais (PEG) (VERGER, 20191) que alteram as condições estruturais e contribuem para uma agenda educacional exógena, organizada a partir de redes de normas e crenças externas ao contexto local, mas fundamentam a chamada Nova Gestão Pública (NPG) (DARDOT, LAVAL, 20162). Nessa racionalidade neoliberal, educação e conhecimento tornam-se ativos de um mercado dual e competitivo, no qual se criam espécies de "economias do conhecimento". A lógica mercadológica do capital é materializada em reformas e políticas educacionais, assim como, na descentralização de políticas públicas com a "participação" de instituições não governamentais, culminando em um processo de privatização educacional. Dessa forma, o mercado insere na educação alguns de seus princípios como a competitividade, a meritocracia e o individualismo. Essas relações criam dinâmicas de exclusão, sobretudo, na diversidade de oferta da EJA, que em sua concepção e história, não atende aos sistemas de ranqueamento educacional e a estrita formação para o mercado de trabalho. Por isso, entende-se que a retração das diversas formas de oferta da EJA representa o avanço de políticas neoliberais que desconsideram o direito subjetivo à educação aos jovens, adultos e idosos educandos da modalidade. Ademais, esse projeto mercantil confronta a luta dos fóruns de EJA, de educadores e outros movimentos por uma formação humana integral e emancipadora, fundamentada nos princípios da Educação Popular. Para a discussão dessa temática, propomos algumas questões iniciais:

- 1. Como observamos a mercantilização na EJA nas escolas e redes educacionais nas quais participamos?
- 2. O que podemos propor como alternativa à formação voltada para o mercado?
- 3. É possível identificar processos de exclusão nas diversas formas de oferta da EJA em nossas redes?
- 4. O que é possível de ser feito para reverter o processo de mercantilização da EJA?

EIXO 3 - Caminhos para defesa do direito a EJA e a diversidade de seus sujeitos: Educação do Campo, Educação Especial, Educação para privados de liberdade, Educação indígena, Educação quilombolas, Educação dos trabalhadores dos centros urbanos, Educação para população ribeirinha.

Este GT parte da discussão presente na seção Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (págs. 27-32) do Documento Base Nacional Preparatório para a VI Conferência Internacional de Educação de Adultos realizada em Belém do Pará, em Maio de 2009, que discorre sobre quem são os sujeitos de direitos à educação de Jovens e Adultos, afirmando que é hora de mobilizarmos esforços para fazer frente às tentativas de desmonte das políticas públicas direcionadas à EJA, iniciadas desde 2019, no primeiro ano de mandato do projeto ultraliberal, fascista, fundamentalista e entreguista no poder. Entendemos, portanto, ser atualíssima a afirmação de que a "diversidade transformada em

desigualdade tem assumido um duro papel para a cidadania em toda a história brasileira. Considerada a sociedade de classes, hierárquica e autoritária que constituiu a nação, há exigência de políticas de Estado para superar a desigualdade engendrada pelo sistema capitalista" (pág. 29). Deste modo, faz-se necessário e urgente que os Fóruns de EJA da Região Sudeste, em diálogo e sintonia com a sociedade civil, e sobretudo com os movimentos sociais locais/regionais, tragam para as discussões deste Grupo de Trabalho uma análise das maiores dificuldades e desafios enfrentados pelos sujeitos educandos da EJA em seus estados no exercício do direito à educação, bem como apontem caminhos para pensarmos coletivamente, a partir da troca de experiências, sugestões, caminhos e propostas concretas de acões para superarmos os problemas enfrentados por tais sujeitos sociais, tendo em vista que a "EJA, na medida em que afirma a igualdade de todos como sujeitos de direitos, nega a forma de pensar de que uns valem mais do que outros, enfrentando as desigualdades como desafios a serem superados pela sociedade brasileira. Potencializar a diversidade na educação pode contribuir para a transformação social e para a formulação e execução de propostas educativas em que esses sujeitos de energia, imaginação e criatividade estejam no centro, com seus desejos, necessidades e expectativas de educação, cultura, saberes e práticas — um dos meios imprescindíveis à humanização não só de suas vidas, como de toda a sociedade brasileira" (pág. 29).

1. Qual o papel dos fóruns e das redes em defesa da EJA frente às políticas públicas hegemônicas na educação e emancipação?

EIXO 4 - EJA na perspectiva da Educação Popular caminhos na construção do currículo integrado/ Educação Profissional

Os Fóruns de EJA, nesse período marcado por tantas transformações e crise, voltam a recuperar suas reflexões e práticas sobre as proposições formativas. Nesse sentido o V Encontro Regional de EJA (EREJA) SUDESTE torna-se um espaço de retomada desse debate, colocando em análise as interlocuções da concepção da Educação Popular com as perspectivas de construção do currículo integrado que articula EJA e Educação Profissional. Essas análises se fazem importantes, no momento atual, visto que é perceptível a agenda política que busca minimizar os currículos de EJA às intencionalidades utilitaristas, universalistas e alienantes, centradas na capacitação para o mercado, produção, consumo (LAVAL, 2019). Associada a essa realidade austera, os movimentos de EJA e as experiências progressistas de atendimento da modalidade enfrentam um descompromisso do Estado com o atendimento de educação das pessoas jovens e adultas. Esse perfil de atuação do Estado é deliberado por várias ações, como: diminuição do financiamento à modalidade; não efetivação de formação de professores (as); finalização de programas amplos em atendimento, destinados para população jovem, adulta, idosa, além de fechamento de canais de comunicação com a sociedade civil organizada, como o encerramento da Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA). Os Fóruns de EJA pelos seus documentos já elucidaram o compromisso de luta pelo direito à educação de qualidade social, pública, gratuita, democrática, inclusiva e laica para as pessoas jovens, adultas e idosas, sob os princípios da Educação Popular, opondo-se, portanto, a toda forma de opressão que vivem os (as) estudantes trabalhadores (as) jovens, adultos, idoso(as)do campo, das periferias das grandes cidades, das regiões ribeirinhas e das florestas. Assim, os Fóruns de EJA ao colocar em debate a Educação Popular como caminhos na construção do currículo integrado/ Educação Profissional estão provocando reflexão de várias questões, como o reconhecimento dos estudantes da EJA como trabalhadores (as) que atuam no mundo em condição integral, marcados (as) por muitos conhecimentos, relacionados com o mundo do trabalho, com a ciência, com a cultura, com a linguagem, com as questões ambientais. Essa análise ampla de reconhecimento dos (as) educandos (as) como membros da classe trabalhadora, como sujeitos de conhecimento e, também, de direito, demanda pensar a necessidade de diferentes perfis de ofertas respeitosas com suas necessidades e especificidades. Além dessa problematização tem-se a indagação para organização do currículo, insistindo a refletir sobre suas dimensões políticas, filosóficas, pedagógicas e epistemológicas no tratamento do conhecimento que articula ciência, cultura, trabalho, linguagem e tecnologia, num processo dialógico entre os saberes dos sujeitos com os conhecimentos historicamente construídos. Assim é possível algumas questões:

- 1. É possível pensar um único perfil de oferta para EJA?
- 2. O que entendemos sobre formação integral?
- 3. Como observar o conceito de formação integral na EJA articulada com a Educação Profissional, pensando os sujeitos da EJA nas suas grandes diversidades?
- 4. Que lugar tem os sujeitos da EJA na construção do currículo integrado?
- 5. Para quê, com quem e como se efetiva a organização do conhecimento no currículo integrado?

AÇÕES E ESTRATÉGIAS

EIXO 1 - Os desafios da EJA frente às diretrizes operacionais - alinhamento a BNCC, alfabetização, educação profissional

AÇÃO	ESTRATÉGIAS	REALIZAÇÃO
Oferta de curso de Formação remota inter-regional do/com sujeitos implicados com a EJA nos quatro estados.	Comissão organizadora composta pela indicação de um ou mais nomes dos quatro Fóruns da região sudeste	GT composto por representantes do Fórum.
	Identificação das pessoas que atuam nos Fóruns que possam protagonizar a ação de formação.	
	Fóruns Levantamento das temáticas significativas	
	Levantamento e socialização de experiências contra- hegemônicas que afirmam a EJA em uma perspectiva emancipatória	
Organização de um Encontro interestadual de gestores para tratar da situação da EJA nos municípios com o propósito de recompor as turmas da EJA ainda mais atingidas no contexto do Ensino Remoto emergencial.	Contato com os gestores Articulação com aqueles que desenvolvem ações compromissadas com a oferta da EJA visando a socialização e ressonância do trabalho desenvolvido	GT composto por representantes do Fórum. Incluir a UNDIME na organização do encontro.
Compartilhar estratégias de resistências desenvolvidas por educadores, gestores, movimentos sociais, entre outros, que afirmam os	Chamamento público para educadoras e educadores enviarem relatos de experiências da EJA	GT formado por representantes do fórum. Incluir as Universidades na execução.
princípios da Educação popular e que contribuem para fortalecer a EJA na perspectiva emancipatória, inclusiva, de formação integral, antirracista e, nesse sentido, opondo-se aos princípios que balizam as atuais	Definição de parâmetros que orientem os autores e autoras na composição e socialização das experiências. Tais experiências podem ser socializadas por meio de	

contrarreformas educacionais e curriculares	diferentes linguagens e suportes. Divulgação nos canais de comunicação dos Fóruns	
Realização de uma mesa de debate para discussão das Diretrizes Operacionais com Sindicatos de Professores estaduais e municipais e com as Universidades.	Mobilizar os fóruns locais na busca por garantir a ampla participação das instituições e entidades; Divulgar de forma ampla a ação; Disponibilizar canais para a realização do evento;	Os fóruns de cada estado protagonizarão a ação no 1º semestre de 2022. Inclusão e convocação dos IF´s e Escolas Técnicas junto as Universidades na ação.
Ação formativa com o tema "A EJA em uma perspectiva emancipatória", para os docentes de EJA de todo o estado e cada Fórum definirá se essa ação será descentralizada entre os fóruns regionais. Essa A formação deverá com os sujeitos da EJA e não só os docentes.	que fundamentarão a formação e o formato como	A ação formativa será organizada pelos Fóruns Estaduais, podendo ser interfóruns no 1º semestre de 2022 para ser realizada no 2º semestre de 2022.

EIXO 2 - A mercantilização na EJA e as dinâmicas dos processos de exclusão (diversas formas de oferta)

AÇÃO	ESTRATÉGIAS	REALIZAÇÃO
Tencionar em parceria com Fórum Nacional Popular de Educação o CNE e as universidades para inserção e visibilidade da EJA nos currículos das licenciaturas;	Buscar o Fórum Nacional de Popular de Educação para interlocução com as universidades e o conselho; Ocupar a universidade em parceria com o movimento estudantil discutindo sobre a invisibilidade da EJA nas licenciaturas começando com o movimento estudantil; Dialogar sobre os impactos dessa ação na formação dos professores e nas suas práticas educativas;	Em 2022
Ofertar cursos de formação continuada pautando a contraposição a mercantilização como projeto educacional no tempo presente.	Viabilizar o curso por meio de ações de extensão em diálogo com os sistemas que demandam e ampliando a ação para aqueles que não demandam;	Em 2022
Fomentar formação política de base nas comunidades em contraposição ao processo de mercantilização da educação/EJA no país.	Promover encontros formativos nas comunidades utilizando material didático acessível; Discutir questões cotidianas que se encontram nas mídias (telejornais, jornais escritos) para a pautar a formação e as discussões sobre a contraposição a mercantilização como projeto educacional nos dias atuais;	Em 2022
Criar espaços formativos de discussão e organização coletiva, sobre o modo de produção capitalista, economia política, nas escolas, entidades	Organizar Rodas de conversa e grupos de estudo nas escolas (Meet)	Fórum de EJA nos diversos segmentos que o compõe

de classe, conselhos, fóruns e comitês municipais e estadual de educação, dentre outros, que busquem ampliar o debate e fortalecer os coletivos para o enfrentamento do contexto de atrofia do estado brasileiro.	Formação por meio da articulação com os movimentos do campo e da cidade (Meet) e na articulação com os conselhos e entidades;	
Apoiar o movimento estudantil e os movimentos de juventude, comprometidos com a ampliação de direitos e em consonância com as pautas dos Fóruns EJA.	Divulgar das ações dos movimentos nas redes sociais do Fórum de EJA; Participar dos movimentos de rua consonância com as pautas dos Fóruns EJA; Aproximar os movimentos do Fórum de EJA;	Fóruns de EJA, em ação permanente.

EIXO 3 - Caminhos para defesa do direito à EJA e a diversidade de seus sujeitos: Educação do Campo, Educação Especial, Educação para privados de liberdade, Educação indígena, Educação quilombolas, Educação dos trabalhadores dos centros urbanos, Educação para população ribeirinha.

AÇÃO	ESTRATÉGIAS	REALIZAÇÃO
Intensificar a convocação e presença da EJA nos movimentos sociais populares	Realização de lives; Denuncia aos MP'S e TCU'S; Aproximação dos fóruns de EJA aos movimentos sociais, envolvendo os sujeitos nos fóruns e estimular que Universidades se aproximem e aprendam com os movimentos sociais populares;	Convocação pelos Fóruns de outras pessoas para que elas participem da organização das ações e não somente as coordenações dos fóruns
Priorizar as pautas de alimentação e saúde mental (devido às condições socioeconômicas atuais).	Intervir junto às secretarias em relação às políticas de acesso, permanência à EJA e de garantia alimentar; Denunciar e cobrar dos tribunais dos municípios em relação às questões de verbas para garantir os direitos sociais dos sujeitos da EJA; Denunciar a dificuldade que estudantes da EJA tem para frequentar à escola, devido à distância do seu trabalho e/ou residência; Articular junto aos movimentos sociais para alavancar campanhas de solidariedade; Propor hortas comunitárias; Provocar ações culturais: café, almoço comunitário, oficinas, rodas de poesia e slams;	Organização de um banco de dados feita pelas coordenações dos Fóruns do sudeste para fazer uma relação de contato com essas frentes e movimentos sociais populares.

	Estimular formação do	<u></u>
	Estimular formação de	
	grêmios estudantis na EJA	
Cobrar dos governos a necessidade de garantir a formação docente, de acordo com as especificidades da EJA	Estabelecer em parceria com a rede emancipa e sindicatos das mais diversas categorias Resgatar projetos de extensão com as universidades públicas;	Construção de um Fórum com essas redes de contato
Construir e implementar propostas de oferta da EJA de forma que o estudante seja atendido em suas especificidades, conforme previsto em lei.		Realização pelas Secretarias de Educação e Fóruns de EJA Em 2022
Intervir nas políticas públicas já existentes e aprimorar o que já existe por meio do diálogo entre os diferentes sujeitos atuantes na modalidade, incorporando por meio de ações articuladas no campo da oferta de emprego e acesso a serviços sociais também como direito.		Mediação de articulação em torno do tema nos espaços das sessões ordinárias e extraordinárias dos Fóruns;
Maior representação do público docente que atua na modalidade nas sessões de modo a tensionar esses sujeitos para a discussão em torno das especificidades do fazer docente na EJA.		
Iniciar campanhas, estimular o diálogo, por meio da mediação, entre os diversos segmentos nos Fóruns Estaduais com a seguinte finalidade: flexibilizar a gestão da EJA de fora a atender as especificidades dos sujeitos da EJA		Os Fóruns de EJA atuarão como parceiros na aproximação dos diferentes segmentos representados na sua composição, e mediando o diálogo.

|--|

EIXO 04 - EJA na perspectiva da Educação Popular: caminhos na construção do currículo integrado/educação profissional

AÇÃO	ESTRATÉGIAS	REALIZAÇÃO
Refletir sobre currículo integrado (EJA / Educação Profissional na perspectiva da Educação Popular)	No âmbito dos Fóruns de EJA fomentar debates a partir de experiências realizadas	Fóruns estaduais e regionais em suas sessões presenciai e/ou remotas
Construir coletivamente propostas de formação de educadores/as e gestores/as no campo do currículo integrado na perspectiva da Educação Popular (Destaque)	Cursos de extensão universitária; Cursos livres	Unir Fóruns, universidades, rede federal de educação profissional (Institutos Federais e escolas vinculadas), redes municipais e estaduais e movimentos sociais.
Os Fóruns de EJA precisam avançar no conceito de formação integral de trabalhadores e trabalhadoras para ser discutido no ENEJA 2022, de modo que as diversidades de todo atendimento da EJA (alfabetização e continuidade, educação quilombola, educação indígena, educação profissional, educação para pessoas com deficiência) possam ser respeitadas dentro de um currículo significativo, contextualizado, opondo-se à toda forma de opressão	Realização de plenárias estaduais para amadurecimento dessa temática.	Fóruns de EJA por plenárias estaduais/municipais
Os Fóruns de EJA da região sudeste, como espaço de mobilização, "podem" impulsionar / "provocar" as universidades, poder público estadual e municipal e as	Organização de Seminário Internacional com universidades da América Latina para compartilhar experiências.	Fóruns EJA da região sudeste e universidades

redes federais de educação tecnológica, a criarem propostas de EJA e educação profissional, estruturadas nos princípios da educação popular, em atenção aos círculos de cultura, de modo a acolher os diferentes sujeitos da EJA: população em situação de rua, trabalhadores e trabalhadoras da rua, pessoas em situação de prostituição.	Exemplo de universidades da América Latina – UNAN (México) alfabetização de povos originários rurais que vivem ao redor da Cidade do México e Playa Ancha (Chile) – poder público certifica a formação profissional proposta pela universidade, que se desloca. Reuniões específicas com chamamento de representantes do poder público, universidades, Institutos Federais, para discussão da temática após seminário.	
Os Fóruns de EJA devem defender políticas e práticas de EJA e educação profissional, centradas nos princípios da Educação Popular, pelo currículo integrado, atento a formação integral que articula Educação e Trabalho (solidário e cooperativo) em defesa das diversidades dos sujeitos, combatendo as ideias utilitaristas, alienantes, precarizadoras, hoje representadas pela resolução CNE/CEB n.1/2021 que trata das Diretrizes Operacionais para a EJA.	Produção de material informativo, continuidade das <i>lives</i> , diálogos com sindicatos e organização estudantil.	Fóruns de EJA da região sudeste.

DELEGADOS POR ESTADOS

ESPIRITO SANTO

- 1. Aldo Rezende
- 2. Ana Paula Gomes Dos Santos
- 3. Andreina Silva Santos
- 4. Arlete M. Pinheiro Schubert
- 5. Carlos Fabian De Carvalho
- 6. Carlos Fagner Pereira Pires
- 7. Carolina Capistrano Amorim
- 8. Dalva Mendes De França
- 9. Edna Castro De Oliveira
- 10. Elizabeth Gomes Da Silva
- 11. Elizangela Ribeiro Fraga
- 12. Heloisa Ivone Silva De Carvalho
- 13. José Martins De Oliveira Filho
- 14. Karla Ribeiro De Assis Cezarino
- 15. Kleber Rosa Da Silva Jesus
- 16. Lucillo De Souza Junior
- 17. Márcio Gomes Damartini
- 18. Maria Cardoso Da Silva
- 19. Maria José De Resende Ferreira
- 20. Mariana Alves Sarmento
- 21. Rhanna Dalila Martins Lopes
- 22. Talita Valadares
- 23. Tatiana De Santana Vieira
- 24. Tatiana Silva Machado De Oliveira
- 25. Terezinha Onorio Madeira De Oliveira
- 26. Vinícius Penha
- 27. Wanderson Ribeiro Dos Santos

MINAS GERAIS

- 1. Ana Carolina Costa Resende
- 2. Caroline Souza Ferreira
- 3. Érica Franco De Oliveira
- 4. Fabiane Cristin Gonçalves Martins
- 5. Fernando Henrique Dos Santos
- 6. Francisco André Silva Martins
- 7. Gabriela Rodrigues De Castro
- 8. Heloisa Feliciano De Almeida Alves
- 9. João Carlos De Oliveira
- 10. Jonas William Pereira Da Costa
- 11. Júlia Canella Da Silva
- 12. Kátia Cristina Candido Aquino Marciano

- 13. Leandro Dias de Oliveira
- 14. Luciano de Souza Lima
- 15. Marcia Nascimento Neves Novaes
- 16. Marcos Antônio Franco Petraglia Filho
- 17. Mariana Cassab
- 18. Mônica Da Conceição Gomes Silva
- 19. Priscila Carllen Ferreira Silva
- 20. Regina Magna Bonifácio De Araújo
- 21. Vinicius Figueiredo Costa

RIO DE JANEIRO

- 1. Adriana Barbosa Da Silva
- 2. Alessandra Nicodemos
- 3. Ana Paula Abreu Moura
- 4. Cintia Maria Gomes De Souza
- 5. Cláudia Araújo Dos Santos Bayerl
- 6. Douglas Heliodoro Firmino Da Costa
- 7. Elizabeth Serra Oliveira
- 8. Enio Serra
- 9. Fabiana Rodrigues
- 10. Flavia Maia Cerqueira Rodrigues
- 11. Jaqueline Luzia Da Silva
- 12. Jaqueline Pereira Ventura
- 13. José Carlos Lima De Souza
- 14. Lídia De Sousa Silva
- 15. Marcia Soares De Alvarenga
- 16. Roberto Eduardo Albino Brandão
- 17. Rosilene Souza Almeida

SÃO PAULO

- 1. Absolon De Oliveira
- 2. Caio Vinicius De Castro Gerbelli
- 3. Cristina Roncada
- 4. Daniela Cristina Lopes De Abreu
- 5. Diego Satyro
- 6. Ewerton Barros Xavier Da Silva
- 7. Fábio Fernandes Villela
- 8. Fátima Aparecida Machado Dos Santos
- 9. Franciele Busico Lima
- 10. Gabriel Muriel
- 11. Graziele De Lima
- 12. Harian Pires Braga
- 13. Helena Silva De Oliveira
- 14. Izaura Naomi Yoshioka Martins
- 15. Jarina Rodrigues Fernandes
- 16. Jeanette Muza Antoniassi Scarazzatti

- 17. João Paulo Francisco De Souza
- 18. Karen Aparecida
- 19. Lourdes Neta Pereira Borges
- 20. Luiz Otávio Gomes Dos Santos
- 21. Marcela Fontão Nogueira
- 22. Marcelo Aparecido
- 23. Márcia Maria Dos Anjos Sousa
- 24. Marcos De Araújo Moura
- 25. Maria Alice Zacharias
- 26. Maria Aparecida Couto
- 27. Maria Do Carmo Bento Dos Santos
- 28. Maria Gorete Dos Santos Neta
- 29. Meire Lima
- 30. Melanie Rigas
- 31. Naiara Afonso Xavier
- 32. Nelton Miranda
- 33. Renata Cristina Polydoro
- 34. Roberta Henriques Ragi Cordeiro
- 35. Rosângela Alves Pereira
- 36. Sandra Maria Fachineti
- 37. Talitha Silva De Conti Roncolato
- 38. Tatiane Monteiro Vieira
- 39. Thaline Silva
- 40. Waldísia Rodrigues De Lima

PLENÁRIA FINAL

- 1. Indicação da realização do VI EREJA, em 2023, no Estado de Minas Gerais
- 2. Aprovação da Moção contra a ação do Município de São Caetano do Sul, no Grande ABC Paulista de fechamento de turmas no município;
- 3. Aprovação da Moção de apoio aos Jornais Estudantis em escolas de EJA;
- 4. Moção de Repúdio à aprovação das Diretrizes Operacionais da EJA, organizada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 29 de maio de 2021.



MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A AÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL DE FECHAMENTO DE TURMAS DE EJA

O V EREJA da região Sudeste repudia a ação do Município de São Caetano do Sul, no Grande ABC Paulista, que levou ao fechamento de todas as salas de EJA II em nível municipal na cidade. Em momento dramático da vida nacional, em que experimentamos a insegurança alimentar e o desemprego de parte significativa dos estudantes trabalhadores da modalidade em todo país, é inadmissível que o poder público municipal de São Caetano do Sul abra mão da garantia dos direitos dos estudantes da EJA em nível fundamental.

O V EREJA da região Sudeste marca a defesa incondicional da EJA nos princípios da educação popular, comprometida com a democracia e com a emancipação social, contrapondo-se, portanto, às determinações da resolução CNE/CEB 01/2021 que trata das Diretrizes Operacionais para a EJA. Reafirmamos o fortalecimento de uma educação pública, laica, gratuita, inclusiva e com qualidade social.

Espirito Santos Dezembro de 2021



MOÇÃO DE APOIO AOS JORNAIS ESTUDANTIS

O V EREJA- Sudeste Aprova Moção de apoio aos JORNAIS ESTUDANTIS ou qualquer movimento político de organização estudantil da EJA que defenda a pauta dos Fóruns EJAs que não passe pelo controle de professores(as) e/ou direção das escolas. A presente moção visa apoiar o protagonismo estudantil em suas diversas ações em defesa do Estado Democrático de Direito. Sabemos perfeitamente que somente exercitando a tarefa de pensar criticamente sobre a realidade que vivemos, com todas as suas contradições, é que a classe trabalhadora poderá experimentar, de forma autoral, contextual, inclusiva e crítica, a ação revolucionária, sentindo-se então compelida a uma iniciativa de que ela própria é o sujeito da mudança. Produzir análises de conjuntura sobre a realidade concreta é, portanto, um exercício indispensável para que seja possível emancipar os sujeitos (um dos objetivos da EJA). É preciso estimular o diálogo constante, a participação democrática ativa, não verticalizada, e assim aprender com eles/elas, na busca de soluções coletivas/inéditos viáveis, que coloque em prática este exercício tão importante do aprendizado revolucionário e da emancipação humana que emerge no chão das escolas de EJA.

Espirito Santos Dezembro de 2021



Moção de Repúdio à aprovação das Diretrizes Operacionais da EJA, organizada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 29 de maio de 2021

Os Fóruns de EJA do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, reunidos no V Encontro Regional de EJA (EREJA) SUDESTE de 2021 apresenta essa moção de repúdio as Diretrizes Operacionais da EJA de nº1/21 que institui aspectos relativos ao alinhamento da modalidade à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância.

Essa moção em ato de denúncia expõe que essa Diretriz Operacional para EJA nº1/21 (DO/EJA) compõe o conjunto de (de) reformas educacionais com aporte empresarial que buscam minimizar o papel do Estado sob a lógica de fortalecer mercado, produção e consumo, a fim de disputar projetos de sociedade atentos à lógica da concorrência e competitividade.

Nesse sentido há o reconhecimento que a DO/EJA de nº01/21 busca realizar o enquadramento da modalidade sob a argumentação de alinhamento as reformas educacionais centrais, coesas na austeridade social, política, econômica, cultural e social que destrói vidas.

Compreende-se que essa argumentação de alinhamento da EJA fere os apontamentos democráticos que marcaram o modo próprio e específico da modalidade, estabelecido na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira de nº9394/96 (LDB), Diretrizes Curriculares de EJA, organizada pelo parecer do CNE de nº11/00 e Plano Nacional de Educação de nº13.005/14.

Assim, tem-se a análise que o tratamento dado à modalidade no tocante ao alinhamento a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem como objetivo reapresentar a concepção utilitarista e aligeirada estabelecida a BNCC e as proposições mercantilistas e excludentes que em décadas disputam os projetos formativos de EJA, reverberando impactos negativos à democratização do conhecimento e a emancipação dos sujeitos. Dessa forma, entendese que essa resolução potencializa a segregação histórica dessa modalidade de ensino, desconsidera as conquistas adquiridas e as lutas sociais que pautaram um lugar político, educacional para modalidade na educação pública brasileira, com uma forma própria e específico de concretizar o direito à educação para todos(as) no seu caráter objetivo e subjetivo.

Como agravante essa DO/EJA de nº1/21 recupera ou reafirmar as proposições autoritárias e excludentes que buscam colocar a modalidade em um lugar político de segundo plano, pois não faz referência ao atendimento, conforme as etapas da Educação Básica, visto que traz um panorama de homogeneidade e opta por referências os tempos educativos em segmento, deixando de chamar os períodos educativos de séries iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, passando a identificar as etapas por 1º, 2º, 3º segmento.

Essa projeção de desconsideração à luta política pela ordem o direito à educação para todos (as), sob a diretriz de reparação, equalização e qualificação (BRASIL, 2000) se amplia, quando a DO/EJA nº1/21 refere-se as possibilidades de atendimento da modalidade em EJA combinada, EJA direcionada, EJA multietapas, sob uma argumentação de reconhecimento as necessidades dos sujeitos, mas com o esvaziamento dos significados das proposições políticas de justiça social que consideram as necessidades das pessoas jovens e adultas e primam pelo direito à EJA em perspectiva ampliada e de significância para a vida.

Ainda sob a estratégia de esvaziamento de conceitos os Fóruns de EJA SUDESTE repudiam a política descrita na DO/EJA de nº1/21 referente à elevação de escolaridade e qualificação profissional, pois desconsidera os acúmulos das discussões políticas e das pesquisas de EJA sobre formação integral que articula elevação de escolaridade e Educação Profissional, bem como denúncia a desconsideração à uma proposta de formação sob o conceito de itinerário formativo, visto que minimiza a proposta formativa à qualificação profissional inicial ao mencionar as possibilidades de tempo em atendimento no Ensino Médio, não ultrapassando 1200h em oferta combinada.

Associada à essa análise os Fóruns acolhem as análises de que essa DO/EJA nº1/21 trata de forma equivocada e descompromissada o princípio de Educação ao Longo da Vida, visto que o apresenta em intencionalidade de favorecer as proposições de certificações e validações aligeiradas e economicistas, desconsiderando as sistematizações desse conceito em perspectiva emancipatória e democrática, como o direito de educar ao longo da vida, sob uma vertente ampliada de educação em condição escolar e não escolar.

Ainda assim, se mostram contrário ao tratamento dado a EJA em condição de desenvolvimento à Ead, visto que entende que esse alinhamento está acordado com agenda política de precarização e privatização da educação pública brasileira e além disso, tem sido oferecido à modalidade sem respeito as necessidades, especificidades das pessoas jovens e adultas.

Em finalização essa moção reafirma o compromisso de luta pelo direito à educação para todos(as) sob os princípios de justiça social, reconhecendo educação sob a ética humana que valoriza a vida com bem prioritário em condição material, formal e factível.

Espirito Santos Dezembro de 2021

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO

Espirito Santo - Tatiana Silva Machado de Oliveira E Karla Ribeiro de Assis Cezarino.

Minas Gerais - Mônica da Conceição Gomes Silva e Mariana Cassab

Rio de Janeiro – Alessandra Nicodemos

São Paulo - Adriana Pereira da Silva e Izaura Naomi Yoshioka Martins